

# Modernidade Urbana e

## Flexibilidade Tropical: as Feiras livres na cidade do Rio de Janeiro (1904-1934)

*Gilmar Mascarenhas de Jesus\**

A cidade moderna é um inconstante mosaico de territorialidades. A coexistência de tempos, agentes e processos os mais díspares confere à vida metropolitana grande diversidade e riqueza de possibilidades. Nela, os espaços públicos são lugares privilegiados para o embate dos diferentes interesses e necessidades em jogo, pois a modernidade urbana maximiza o duelo entre os setores hegemônicos e os amplos segmentos marginalizados: os primeiros formatam e normatizam, ao seu interesse, os espaços da vida pública; os demais, quase sempre, se recusam a (ou são impedidos/incapazes de) participar desta coreografia e recriam à sua maneira a vida cotidiana, apropriando-se<sup>1</sup> inconvenientemente dos espaços públicos, ali instaurando, ainda que muitas vezes precária e brevemente, uma territorialidade alheia ao projeto elitista da modernidade.

O presente artigo procura verificar a presença desta faceta de dualidade da modernidade urbana nas feiras-livres cariocas. Criadas oficialmente em 1904, em pleno bojo da Reforma Passos, elas representam a culminância de um longo processo de intervenção do poder público sobre o comércio varejista popular, desterritorializando-o brutalmente. Concebidas (assim supomos) para simbolizar a higiene, a ordem e a europeização da cidade radiosa que emerge dos

escombros do velho burgo colonial, as feiras-livres assistirão paulatinamente à invasão de agentes e práticas populares, a erodir uma fria cenografia planejada e a fermentar um ambiente mestiço e de alegre rebuliço.

Enquanto espaço público arquitetado pela modernidade, a feira-livre não deixou de sofrer o assédio dos excluídos. Ao que parece, aliás, mostrou-se gradualmente receptiva aos invasores, reterritorializando-os num palco privilegiado para o exercício da extrema diversidade que caracteriza as cidades brasileiras. Tais conflitos de territorialidade, que têm como arena as ruas e praças de um Rio de Janeiro que se moderniza, são o eixo central de nossa preocupação. Antes, algumas palavras sobre essa tal modernidade se fazem necessárias.

O conceito de modernização, quase sempre atrelado ao de modernidade, se move na literatura geográfica com grande fluidez e diversidade de acepções. SANTOS (1994:71) chega mesmo a sugerir que não existe uma única modernidade, mas várias, e, portanto, existiriam modernizações sucessivas. Restringindo nossa reflexão ao âmbito da modernidade na cidade, poderíamos adentrar pelo universo discursivo do urbanismo, onde a modernidade urbana somente começa com a obra de Le Corbusier e as realizações da Bauhaus, no pós-primeira guerra mundial, ba-

\* Professor do Departamento de Geografia da UERJ. Doutorando em Geografia Humana pela USP.

1 O termo *apropriação* é aqui tomado no sentido utilizado por Henri Lefebvre, como práxis de reação à gestão da vida cotidiana ditada pela propriedade e/ou como estratégia do usuário frente aos processos hegemônicos de alienação e institucionalização da vida. Nas palavras de SEABRA (1996: 72), o conflito propriedade x apropriação promove “embates que se travam na textura fina da sociedade, e têm de subverter formas de uso, revolver costumes”.

seada sobretudo na abolição da rua (CHOAY, 1992:20). Neste sentido, o modelo de cidade modernista em HOLSTON (1993), por exemplo, é Brasília, enquanto o Rio de Janeiro apenas conserva, no aparato conceitual do autor, as estruturas urbanas pré-modernas. Holston, aliás, não difere cidade moderna de cidade modernista, deixando implícita a possível condição de palavras sinônimas. O modernismo, enquanto movimento estético de amplo alcance, seria a matriz das experiências de modernização urbana. Preferimos porém concordar com HARVEY (1993:34), que situa o urbanismo modernista mais como consequência do que causa da modernidade urbana, tomando-a como o ambiente concreto de perplexidades, que se manifesta na experiência urbana como crise fomentadora de fecundas reflexões urbanísticas. Com efeito, a modernidade se instala na vida urbana antes do advento do urbanismo de inspiração modernista.

Nesta linha, há uma corrente de estudiosos da história da cidade e do urbanismo onde as noções de modernização e modernidade urbana se aplicam às intervenções que diversas cidades brasileiras sofreram a partir de meados do século passado, tendo seu ápice na Reforma de Pereira Passos<sup>2</sup>. A modernização conviveria com modelos urbanos pretéritos numa mesma cidade, eliminando, neste caso, definições absolutas de cidade moderna ou pré-moderna.

A noção de modernização urbana aqui tomada (e conseqüentemente a de cidade moderna) vai ao encontro das reflexões de BERMAN (1987), que as desenvolve no sentido da concepção marxista de moderna sociedade burguesa. Um quadro alarmante composto por extremos contrastes materiais de condições de vida, envolvendo a experiência inédita das multidões, a laicização / profanação do sagrado, confluindo num ambiente urbano onde as referências tradi-

cionais se diluem numa paisagem inconstante. Modernidade assim definiria este ambiente propiciador de imensas possibilidades, enquanto a modernização poderia ser concebida como a particular via burguesa de lidar com esta modernidade, resolvendo suas profundas contradições com drásticas reformas urbanas e investimento em melhoramentos técnicos, conforme nos aponta BARBOSA (1990:48-9), baseado em Berman e Lefebvre. Tal modernização não se detém no aspecto técnico-material, mas incorpora e realça uma face de dominação, através da explícita segregação sócio-espacial e do severo controle disciplinar no trabalho, nas vilas operárias e nos espaços públicos, preocupação aliás presente em diversos trabalhos, dos quais gostaríamos de destacar BRESCIANI (1982), ROLNIK (1988), RAGO (1985), CHALHOUB (1986) e BRITO (1991).

Considerando-se as enormes lacunas documentais que o tema apresenta, não podemos no momento ir além de um trabalho de natureza mais ensaística e exploratória que propriamente um relato de caráter mais ou menos definitivo. Aproveitamos o estado incipiente da tematização para arriscar um vôo que sugere alguns novos nexos. Não obstante, acreditamos que assim mesmo o presente trabalho se reveste do mérito de lançar breves olhares sobre zonas até então pouco iluminadas pela pesquisa acadêmica.

## **A CRIAÇÃO DAS FEIRAS-LIVRES: UM ORNAMENTO DA PEDAGOGIA CIVILIZADORA?**

No momento em que Pereira Passos assume a gestão da cidade, esta apresentava um cenário complexo no tocante à estruturação e distribuição espacial do pequeno comércio, herdado de séculos de um longo passado colonial. Quando o prefeito inicia seu tão famoso bota-abixo, remodelando a área central do Rio de Janeiro não

2 Esta é a posição majoritária dos estudiosos que participam dos encontros periódicos sobre história urbana organizados pela ANPUR (ver, por exemplo, FERNANDES & GOMES, 1992). Este nosso trabalho compartilha desta posição.

apenas na fisionomia, mas sobretudo nas práticas sociais (expulsando os deselegantes, arcaicos e promíscuos usos populares), os espaços públicos do centro da cidade estão majoritariamente animados em seu cotidiano pelas formas mais rudimentares de mercadejar (CARVALHO, 1994). Entende-se facilmente a razão pela qual não são poucos os autores de época que compararam o Rio de Janeiro a uma cidade árabe (BARBOSA, 1990). PARGA (1996:16-7), em seu estudo sobre o pequeno comércio no Rio de Janeiro do século XIX, afirma que os vendedores ambulantes “estendiam-se por todas as ruas e caminhos da cidade, (...) desde os aguadeiros até os mascates que vagavam pelos logradouros com suas malas repletas de quinquilharias e gritos escandalosos característicos”.

Dada a natureza informal destas atividades, o que resulta em escassa documentação, difícil seria tentar mensurar e mapear este duplo contingente de mercadores, entre os ambulantes (aparentemente um grupo muito mais numeroso)<sup>3</sup> e aqueles assentados precariamente em pontos fixos nas vias públicas, exercendo seu ofício de forma relativamente sedentária. Debret, Ruggendas e Chamberlain, para citar apenas alguns, deixaram-nos registros diversos desta modalidade de comércio através de aquarelas, estampas e outras formas de expressão. Sabemos pois de sua existência notória e difusa, mas não podemos ir muito além da mera constatação do fato<sup>4</sup>.

Obras como as de João do Rio (1991) e EDMUNDO (1938) nos remetem a um quadro panorâmico e pitoresco da heterogeneidade das formas de comércio ambulante na cidade do Rio

de Janeiro. Por outro lado, BENCHIMOL (1990: 280-5) apresenta todo um conjunto de intervenções públicas radicais neste universo, eliminando das áreas centrais, confinando e regulamentando crescentemente tais atividades, sobretudo no contexto da Reforma Passos, sob alegações de defesa da higiene e circulação públicas. Consultas aos códices de abastecimento do Arquivo da Cidade nos permitem afirmar que desde pelo menos 1880 já se esboça este conjunto de medidas de restrição. Contudo, somente na gestão remodeladora da cidade é que estas serão aprimoradas e mais efetivamente cumpridas. Também os velhos quiosques, pontos de concentração de trabalhadores pobres, foram reconhecidamente alvo fatal da fúria civilizadora de Pereira Passos.

Merecem ainda destaque as populares quitandas (do quimbundo kitanda: mercado), regularmente presentes na cidade brasileira desde o início do período colonial. Constituem aglomerações de negras ao ar livre, acoradas ou dispostas de tabuleiros, situadas em pontos preestabelecidos, para a venda de produtos da pequena lavoura, da pesca e da indústria doméstica. GUIMARÃES (1968), PARGA (1996), BRUNO (1953) e muitos outros nos deixam vagas referências a esta modalidade de varejo que, na aparência de um arremêdo de feira (GUIMARÃES, 1968:21), represente talvez a principal forma precursora das feiras-livres do início do século XX. No final do século XVIII, o Rio de Janeiro contava com o significativo conjunto de 181 barracas de quitadeiras (BARRETO FILHO & LIMA, apud AZEVEDO, 1992:65).

3 Saint Hilaire registra que na cidade do Rio de Janeiro predominam o escravos itinerantes, enquanto na cidade de São Paulo são mais comuns as negras quitadeiras acoradas nas ruas (GUIMARÃES, 1968:22).

4 Isto explica a opção de autores como PARGA (1996) em trabalhar quase estritamente com as formas de pequeno comércio oficializadas e em estabelecimentos fixos, que figuram nos arquivos públicos e nos almanaques. LAEMMERT (1990) salienta que, apesar de a maior parte das atividades cotidianas fundamentais para o funcionamento das cidades brasileiras no século XIX (abastecimento alimentar e de água, iluminação, transporte, escoamento de dejetos e limpeza urbana) ser desempenhada por negros escravos, são raros os estudos que aprofundam as relações entre o escravismo e a estrutura e funcionamento de nossas cidades. Consideramos que tal desconhecimento atinge não apenas as atividades desempenhadas por escravos, mas o conjunto daquelas que se realizam em condições precárias, regidas por certa informalidade ou clandestinidade.

O processo de territorialização destas modalidades populares de comércio se consumou através das muitas décadas de uma urbanização acelerada, porém baseada em muitos aspectos no modelo colonial. A manutenção de um traçado aparentemente irregular, próprio da colonização lusitana<sup>5</sup>, repleto de ruas estreitas e dotado de poucos espaços amplos, resultou na configuração de uma trama congestionada e ruidosa de pontos de comercialização varejista. Por outro lado, a presença numerosa de negros, e posteriormente de grupos de imigrantes estrangeiros, num quadro de baixa oferta de empregos, impuseram à cidade diferentes formas de comportamento territorial na luta cotidiana pela sobrevivência, de forma tal que esta parece ter sido, na virada do século, um fantástico laboratório de territorialidades populares. Laboratório este que sofreu um choque desterritorializante com a Reforma Passos. Nas palavras de MOURA (1995:70):

*Com a reforma da cidade, são intensificadas todas as formas de arrecadação para suplementar o financiamento das obras públicas, passando a se exigir com mais rigor as licenças para profissões autônomas e para o pequeno comércio, o que atingiria em cheio o comércio paralelo dos negros. Essa taxaçaõ visava implicitamente a acabar, ou pelo menos afastar do Centro, essa face da cidade que lhe dava, em algumas partes, o aspecto de uma feira afri-*

*cana (...) Surge uma vasta legislação que demanda documentos comprobatórios, atestados de visitas dos fiscais, regras de salubridade(...).*

Expulsos os quiosques, as kitandas ou feiras africanas, os ambulantes incompatibilizados com os novos padrões de civilidade, enfim, todo um conjunto de meios de sobrevivência popular, o que adveio em seu lugar?

Para substituir as tradicionais formas de distribuição varejista de alimentos, a prefeitura do Distrito Federal decidiu pela multiplicação dos mercados cobertos, iniciativa que remonta a aproximadamente 1870, mas somente então ganha efetivo incentivo governamental, incluindo a doação de terrenos públicos para sua construção e exploração por empresas privadas<sup>6</sup>. O capital internacional também se utilizou desta prerrogativa (BENCHIMOL, 1990:283-4). Tais medidas representam não apenas a possibilidade maior de fiscalização pública e controle das atividades varejistas agora confinadas em edifícios dotados de portões como uma fortificação. Significam também mais um passo no sentido de superar o tão criticado aspecto árabe da cidade e remover da paisagem o passado escravista-colonial, pela redução, afastamento ou mesmo dissolução das aglomerações de negras quinteadas.

Uma outra forma de comércio estimulada, aliás, concebida, pela moderna administração da cidade foi a feira-livre, criada em 13/10/1904.

- 5 A clássica comparação com o padrão tabuleiro de xadrez da América Espanhola é freqüente na LITERATURA (REIS FILHO, GEIGER, AZEVEDO), quase sempre pautada na obra fundamental de HOLANDA (1948), que atribuiu ao desleixo e descaso dos lusitanos a culpa pela suposta ausência de regulamentações urbanísticas no Brasil colonial. ABREU (1996), baseado em ampla e atualizada revisão bibliográfica, apresenta uma reinterpretção do problema, salientando que não faltou na empresa colonial portuguesa um amplo controle sobre a vida urbana, sendo aliás este o principal motivo da fisionomia irregular de nossas cidades.
- 6 O período que se estende aproximadamente de 1850 a 1930 assinala no Brasil a fase predominante de construção de mercados cobertos. Posteriormente, tal iniciativa foi considerada ultrapassada, por convincentes preocupações de caráter sanitário. No Rio de Janeiro ainda encontramos resquícios desta época, como por exemplo o Mercado São José, em Laranjeiras. Várias outras cidades conservam estas estruturas hoje reutilizadas para fins de entretenimento e venda de produtos regionais típicos, como o Mercado Modelo (Salvador), os de Porto Alegre, Belo Horizonte e Florianópolis, entre outros. Muitos foram demolidos, como os da Glória e da Harmonia, no Rio de Janeiro. Outros, como os de Recife, perduram ainda com suas funções originais, atendendo sobretudo aos setores pobres.

O texto do decreto 997 se refere a “feiras ou mercados livres”, sem, no entanto, explicar a adoção do adjetivo livre, que posteriormente se incorporou em definitivo ao nome (feira-livre) gerando uma denominação intraduzível para outros idiomas<sup>7</sup>. Assim esta denominação é adotada em todo o Brasil para designar as feiras semanais de caráter intra-urbano (de âmbito praticamente restrito ao bairro), diferentes daquelas tradicionais que reúnem compradores e vendedores oriundos de áreas distantes, muito comum no Nordeste, e que preferimos denominar feiras regionais (JESUS, 1991).

O que nos interessa, porém, é inserir esta iniciativa governamental no contexto das transformações urbanas de então. Um dado importante a considerar é que, até o ano de 1916 (quando o decreto 1752 estabelece seu funcionamento diário), tais feiras funcionaram em caráter experimental, realizando-se apenas aos domingos e feriados. Isto nos remete à situação dos mercados cobertos, que certamente desempenharam, pelo menos até aquele ano, um papel muito mais efetivo que as feiras-livres no abastecimento da cidade.

Não dispomos de qualquer outra informação oficial sobre a realidade das feiras-livres cariocas no seu período inicial, mas supomos que seu papel tenha sido muito mais simbólico do que concreto enquanto veículo de distribuição varejista. Os comentários de SILVA (1936) nos convidam a pensar que estas parecem ter funcionado como símbolo de higiene, de estética e da racionalidade geometrizar, elementos da fan-

tasia urbanística moderna. A limpeza e a organização eram rigorosamente fiscalizadas; os horários obedecidos com pontualidade britânica; as barracas enfileiradas em ordem absolutamente geométrica, apresentando toldos com cores referentes ao tipo de produto exposto. Vários outros aspectos eram severamente observados pela fiscalização pública. O rigoroso policiamento impedia a ocorrência de delitos. SILVA (1936) chega a compará-las com as congêneres europeias (que visitara na Alemanha, Suécia e Dinamarca), pela harmonia e beleza do conjunto (op.cit.p.10). Supomos que a feira-livre tenha consistido em projeto de plena inserção nos objetivos da Reforma Passos, ainda que completamente ignorada pela bibliografia especializada no assunto<sup>8</sup>.

Levantamos, então, algumas indagações: seriam as feiras-livres de Pereira Passos um território forjado para a fruição das elites? Até que ponto aos deserdados de sua Reforma era permitido o acesso a tais territórios? Certamente poderiam inexistir impedimentos legais a seu acesso, mas sabemos das barreiras invisíveis, aquelas que Haussmann criou ao derrubar as velhas muralhas de Paris para erigir outras, simbólicas e mais eficazes, para repelir o inimigo revolucionário, que vinha convivendo dentro da cidade com os detentores do poder. Tal indagação se fundamenta no reconhecimento de que o espírito da Reforma Passos era profundamente haussmanniano, e que não foram poucas as suas iniciativas (e de seus seguidores na gestão da cidade) no sentido de forjar situações/lugares onde a sociabilidade

7 Supomos que tal adjetivação se explique pelo franco acesso de sítiantes e outros produtores da zona suburbana, que, com a criação das feiras-livres, passaram a contar com uma forma organizada e legal de expor suas mercadorias. Tal hipótese deriva da pista deixada por BARRETO (1953:11-12), que afirmou possuir a feira-livre um caráter profundamente socialista, pois ela visa a eliminar o intermediário entre o produtor e o consumidor. Tal acessibilidade franca poderia então justificar a denominação oficial de feiras ou mercados livres. Outra hipótese, menos plausível porém não descartada, é o aspecto deste novo mercado, que se realiza a céu aberto, ao ar livre, diferente das estruturas cobertas que predominam na época.

8 BENCHIMOL (1990), com seu estudo bastante minucioso, e, mais recentemente, PEREIRA (1996), em seu belo trabalho, pretendem percorrer os mais variados aspectos da Reforma Passos, sem entretanto mencionar a feira-livre. Também ABREU (1987), ROCHA (1983), CARVALHO (1989) e BARBOSA (1990), em obras de maior alcance temático, omitem a existência da feira-livre.

de burguesa pudesse se realizar e se exibir comodamente a despeito da miséria circundante:

*O saneamento da cidade enseja a oportunidade de novos entretenimentos. A população passa a frequentar com assiduidade, as praças, os parques e os jardins (...) A Batalha das Flores, promovida em setembro de 1907, está a demonstrar este desvelo, pois ela nada mais é que o desfile de carros e automóveis adornados de flores variadas e multicores, desfilando na Praça da República (...) Armam-se arquibancadas para o público. (Renault, 1980:119-121)*

A expressão *fazer avenida* (antes restrita aos passeios à Europa, Buenos Aires e Nova Iorque) tornou-se possível com a abertura da Avenida Central: percorrer seus cafés e vitrines, sem o desprazer de esbarrar em carroças, ambulantes e quitandeiros, degustando tranqüilamente as fachadas *art-nouveau* e sentindo-se finalmente membro do mundo civilizado. Frequentar a feira-livre e descobrir a possibilidade de adquirir os produtos longe do ambiente (agora tomado como) tumultuado, feio, sujo e barulhento das velhas *kitandas*. Vale refletir sobre a leitura que a população urbana faz destes novos espaços públicos.

AGULHON (1994), um dos maiores estudiosos da história das sociabilidades, desenvolveu um interessante estudo sobre escultura cívica e decoração urbana, onde procura demonstrar que elementos arquitetônicos como fachadas de edifícios públicos, monumentos como arcos do triunfo, chafarizes, obeliscos e outros elementos edificadas nos espaços públicos, sobretudo a partir do século passado, não se restringem ao efeito decorativo: têm função didática, exercendo papel particular na pedagogia da ordem burguesa. Retomando a Paris de Haussmann, a nossa fonte principal de inspiração urbanística, vemos que os grandes espaços abertos pela reforma urbana, apesar de vazios, estão im-

pregnados de sentido: eles proclamam alto e forte a glória e o poder do Estado (LEFEBVRE, 1991:16).

Nesta linha de reflexão sobre os elementos constitutivos da cidade moderna, indagamos até que ponto a feira-livre de Pereira Passos não teria sido concebida enquanto mais um ornamento dedicado à pedagogia da civilização nos trópicos. Sabe-se que todo território circunscribe em seu interior um conjunto específico de possibilidades, ao sugerir determinado comportamento a quem se introduza em seus domínios. No caso das feiras-livres, imaginamos que seu formato carregado do sentido de organização, beleza e asseio, inspirasse nos frequentadores aquela nova economia de gestos de que nos fala RAGO (1985). E deixasse, após a visita, aquela imagem da nova ordem civilizadora, induzindo a crença de que a cidade estava realmente mudando, e para muito melhor. Como aliás funcionou um amplo conjunto de novos espaços públicos de então. Afinal, estamos imersos numa conjuntura de rápido avanço de valores burgueses (CARVALHO, 1996:42).

## **UM ORNAMENTO MACULADO: FLEXIBILIDADE TROPICAL?**

LINHARES e SILVA (1979) apontam para a existência de uma crise crônica no sistema de abastecimento alimentar da cidade do Rio de Janeiro, que se estende de 1808 ao final da primeira guerra mundial. O início da longa crise se dá com a chegada da família real portuguesa, que de imediato quase duplica a população da cidade, impondo grande aumento na demanda de abastecimento alimentar. Demanda que não se esgota no aspecto quantitativo: os hábitos alimentares dos novos habitantes conduzem a uma diversificação muito maior que o limitado cardápio de então, mudança esta motivada sobretudo pela considerável incorporação de imigrantes estrangeiros de origem diversa. Quanto ao momento final desta crise crônica, ele se dá com as medidas oficiais de radical transformação nas

estruturas viciadas de então: abertura e melhoramento de vias de acesso às zonas produtoras de alimentos; subsídios à comercialização e finalmente o aperfeiçoamento das formas de distribuição final da produção, via expansão das feiras-livres<sup>9</sup>.

E assim, em 1916, a prefeitura resolve expandir o sistema das feiras-livres, logo seguida de uma gestão caracterizada pela abertura de estradas para facilitar o escoamento da produção alimentar das freguesias suburbanas e rurais (REIS, 1977:65) (uma daquelas vias conserva ainda hoje o nome do prefeito Amaro Cavalcante). As feiras passam então a existir em número de 14, duas para cada dia da semana. Evoluem paulatinamente até constituir, no início dos anos trinta, um conjunto de 42 feiras (seis para cada dia da semana).

As feiras-livres de então apresentam-se muito bem distribuídas por toda a mancha urbana, conforme atesta a relação contida em SILVA (1936), que aliás salienta o grande serviço por elas prestado ao abastecimento da cidade. Conclusão que se chega facilmente ao verificar a estratégia locacional do conjunto: todas as feiras-livres ocupam os pontos centrais de cada bairro, junto às estações ferroviárias (quando nos subúrbios), em vias e praças importantes, como Praça Saenz Peña, Praça da Bandeira, Largo do Machado, Rua Conde de Bonfim, Rua das Laranjeiras, Avenida do Mangue, Rua Barata Ribeiro, Avenida Suburbana etc. A maioria destas ocorria em dias úteis e em horários nos quais o movimento de tráfego atinge seu ápice (evidentemente, alguns anos mais tarde estas feiras migraram por força do incremento do fluxo de veículos). Este padrão locacional privilegiado demonstra o papel relevante que as feiras-livres cumpriam naquele momento.

No curso de menos de duas décadas (1916-1934) as feiras-livres superaram completamente aquele significado estritamente simbólico ornamental aqui sugerido. Elas agora desempenham papel crucial no sistema de abastecimento, aliás extrapolando em muito os setores alimentício e de flores, que caracterizaram sua primeira fase (1904-1916). Incorporam tecidos, plásticos, ferramentas e pequenos utensílios domésticos em geral. Transformadas em centros periódicos de grande volume de negócios varejistas (algumas feiras chegam a reunir regularmente mais de quinhentos feirantes num único dia), os feirantes passam a pagar elevados impostos à administração municipal, em valores que podem, frequentemente, ultrapassar os de estabelecimentos comerciais fixos (SILVA, 1936:13).

Com novo papel e ampla disseminação na mancha urbana, a feira-livre, agora finalmente tomada como elemento de funcionalidade na vida cotidiana, terá seu universo de relações sociais alterado. Nossa atenção está voltada particularmente para a natureza das formas de sociabilidade que se desenvolvem no interior deste território transfigurado, que é a feira-livre. E novamente encontramos em SILVA (1936) relatos essenciais, preocupado que está em reter curiosas usanças e alocações populares, entendendo ser a feira-livre um local privilegiado para tais manifestações que considera folclóricas: “agrupamentos curiosos... núcleos que, semanalmente, imprimem uma nota pitoresca em vários cantos de nossa terra” (SILVA, 1936:7).

Pretendendo-se um estudioso diletante da cultura e dos comportamentos populares, o autor elenca uma série de passagens colhidas em suas visitas periódicas às feiras-livres cariocas, entre 1921 e 1934. Descreve os tipos sociais humildes e os diálogos entre eles, que, na postu-

9 Cabe informar que as revoltas populares contra a carestia dos alimentos, que culminaram com a Insurreição Anarquista de 1918, formaram papel fundamental no processo. Por outro lado, a conjuntura da guerra majorou os preços dos produtos alimentícios no mercado internacional, desviando para a exportação parte de nossa produção interna, resultando, conseqüentemente, em redução da oferta e encarecimento dos produtos.

ra elitista do autor, revelam sempre “algo de imaginoso entre os rudes” (SILVA, 1936:8). Cita diversas piadas que considera obscenas (emitidas principalmente por lusitanos, “que adoram as filhas coloridas do País) e que são dirigidas às moças morenas (nunca lhes atribui a cor negra), criadas (empregadas domésticas) a circular em ofício pela feira-livre, transportando sacolas. Toma tais momentos como transgressões, o que nos sugere a referência possível a um ambiente pretérito predominantemente austero no tempo de Pereira Passos. Cita ainda a presença de um violeiro nordestino, sentado sobre um caixote de madeira, a entoar “trovas brejeiras, aglomerando pessoas de mesma categoria, rindo e emitindo opiniões maliciosas” (op.cit.p.36). Neste momento, passa um bonde (estamos na praça Sezerdello Correa, em Copacabana) e um “moreno” pendurado no estribo grita para a turma: “Vamos ver, negrada!”.

A cena revela não apenas a presença de elementos populares no cotidiano de uma feira-livre no bairro mais sofisticado da cidade de então. Mostra também a possibilidade destes elementos realizarem encontros festivos no interior da feira, exercendo espontaneamente formas de sociabilidade que possivelmente não seriam admitidas no período de Pereira Passos, marcado pelo conhecido elitismo segregador. Considerando-se como válida tal hipótese, estaríamos diante de um processo de incorporação à feira-livre de práticas comportamentais distintas daquelas para as quais foi concebida. Práticas que apontam para o exercício de formas de sociabilidade alheias ao projeto civilizador vigente e que, de certa forma, resgatam um pouco do ambiente informal das velhas quitandas e dos quiosques.

Tal movimento de desvirtuamento dos ideais civilizadores da *belle époque* certamente não estaria circunscrito unicamente ao universo da feira-livre. Diversos outros espaços arquitetados pelo projeto de modernização do Distrito Federal sofreram alterações significativas quanto ao uso previsto. Isto significa um movimento mais

amplo de apropriações diversas, em reação ao modelo elitista uniformizante, que se revela incompatível com uma sociedade culturalmente heterogênea e marcada por fortes contradições de classe. PEREIRA (1996) nos traz exemplos formidáveis:

*Toda a população tem a esperança que a Avenida (Central) concorra para modificar certos costumes; mas se não se evitar desde já que eles penetrem, será depois muito difícil corrigi-los. Já hontem os vendedores fixos de jornaes assentaram acampamento ao pé dos postes da iluminação electrica e instalaram o seu caixãozinho à guisa de tamborete. Amanhã ou depois o poste estará amarrado a cordas e cordões enfeitado de todos os jornaes da cidade. Os postes vão ser o centro desse mercado original. (Jornal do Commercio, 1905, apud PEREIRA, 1996:199)*

A Avenida Central, eixo monumental da Reforma Passos, o nosso eminente boulevard, via-se já em 1905 sob o risco indesejado de contaminar sua nobreza e elegância com as improvisadas estratégias populares de sobrevivência. Alheios ao projeto civilizador da avenida, os elementos marginalizados apenas buscam cotidianamente o seu sustento material. Os vendedores de jornal vêem naquela maravilhosa e larga via a possibilidade de exercer com sucesso seu ofício, sem talvez compreender o quanto a sua presença comprometia a cenografia do lugar. O trecho acima demonstra com clareza a expectativa pedagógica do projeto da avenida, em reeducar os costumes da população. Vejamos outro exemplo similar, decorrido no ano seguinte:

*Num dos últimos domingos vi passar pela Avenida Central um carroção atulhado de romeiros da Penha; e naquele amplo boulevard esplêndido (...)o encontro do velho veículo, em que os devotos bêbados urravam, me deu a impressão de um monstruoso anacronismo: era a ressurreição da*



*barbaria (...) ainda se a orgia desbragada se confinasse no arraial da Penha! Mães não! Acabada a festa, a multidão transborda como uma enchurrada vitoriosa para o centro da urbs.* (crônica de Olavo Bilac na Revista *Kosmos*, apud PEREIRA, *op.cit.*p.200)

Nem todos demonstravam a mesma insatisfação reinante para com o processo de retomada dos espaços reformados pelos segmentos marginalizados (dos quais destacamos o comércio informal). O trecho abaixo é de Mário Pederneiras que, em suas crônicas, faz simultaneamente a apologia da Reforma Passos e lança comentários saudosistas aos aspectos remanescentes da bucólica cidade colonial:

*Tudo novo, tudo Civilização (...)* A Civilização triunfava gloriosamente, esmagando toda a existência patriarcal da minha velha cidade carioca (...) De repente (...) eu descobri a luz mortiça da pequena lanterna suspensa da Bahiana, vendedora de mandobi e de cuscús (...) opondo ao clamor barulhento da Civilização dominadora, a ingenuidade simples de seu pequeno commercio primitivo. (*Kosmos*, 1906, apud PEREIRA, 1996:199-200)

Como podemos ver, não somente no interior da feira-livre, mas até mesmo no símbolo máximo da modernidade urbana (a Avenida Central), os pobres da cidade vêm mostrar suas incompatibilidades para com o projeto de cidade que se quer impor.

É fácil reformar a cidade intervindo somente na sua paisagem material, sobretudo quando estão envolvidos poderosos interesses econômicos<sup>10</sup>. Demolir quiosques e dezenas de cortiços, além de tantas outras edificações herdadas da materi-

alidade colonial, alargar e abrir novas vias são operações de impacto radical na fisionomia da cidade, transformando sensivelmente sua configuração territorial. Mas não alteram significativamente a sua reprodução social cotidiana, ainda que esta dependa substancialmente das condições territoriais. Havia, entretanto, um caráter excludente no projeto e este descompasso entre a paisagem e a estrutura social não poderia perdurar por muito tempo.

Das velhas formas de sobrevivência da classe subalterna, algumas permaneceram sob nova regulamentação e padrão locacional, porém muitas outras foram abolidas na nova ordem urbana. No conjunto, a proposta de usos e de estrutura ocupacional para a cidade remodelada estão muito aquém das demandas populares de sobrevivência. A expulsão da população pobre residente nas freguesias centrais não evitou o adensamento do cinturão de miséria em torno daquelas, como um monstro ameaçador a rondar a tranquilidade insegura dos cafés de estilo parisiense.

Paulatinamente, esta massa viva de deserdados vai se deslocar das zonas escuras da Gamboa, Saúde, Estácio, Praça Onze para recriar a civilização nas zonas iluminadas da cidade. À rigidez da racionalidade europeizante da Reforma Urbana se impõe a flexibilidade tropical (SANTOS, 1994) que caracteriza as grandes cidades do Terceiro Mundo, retrato que são da diversidade das classes sociais e dos modelos culturais. Passada a euforia da febre demolidora e da fantasia civilizadora, os desterritorializados reaparecem e se reterritorializam, expondo a outra face de nossa modernidade.

Gostaríamos então de citar um importante intelectual brasileiro, aparentemente pouco lido e certamente pouco citado pelos geógrafos, ain-

10 BENCHIMOL assinala o amplo leque de segmentos do capital envolvidos na Reforma Passos, "desde o capital bancário internacional, de onde provieram os empréstimos para o financiamento da reforma, passando pelas grandes companhias empreiteiras, especuladores e construtores, até as diversas frações do capital comercial, financeiro e industrial que puderam permanecer ou vieram se instalar nas áreas remodeladas" (*op.cit.*p.318-9).

da que tenha publicado obras cujo teor geográfico salte aos olhos:

*No Brasil (...) as cidades são capitalisticamente planejadas (...) com vistas à fascinação e ao esmagamento das diferenças (...) No entanto, a essas concepções espaço-temporais entronizadas - seja por meio da arquitetura/urbanismo, seja por meio dos múltiplos dispositivos de contabilização dos tempos sociais - sempre se opuseram outros processos simbólicos, oriundos das classes ditas subalternas. (SODRÉ, 1988:17)*

## CONCLUSÃO

*A ordem capitalista produz uma subjetividade própria, subjetividade essa que determina estrangimentos a nível espacial. A formação do território revela - é cenário, instrumento e resultado - a contínua luta de dominação e insubmissão. As arquiteturas disciplinares e enquadradoras sobrepõem-se formas particulares de apropriação, vivências cotidianas específicas que acabam por produzir territorialidades novas e imprevistas. (Revista Espaço & Debates, n.16, introdução à entrevista com Felix Guattari, 1986)*

Quando, na primeira linha deste trabalho, declaramos que a cidade moderna é um inconstante mosaico de territorialidades, não estávamos querendo meramente resgatar o clássico discurso dos teóricos da Escola de Chicago. O conhecido mosaico de territórios de WIRTH (1938) ou o desgastado equilíbrio instável de PARK (1916) não bastam para exprimir nossa proposta de entendimento das feiras-livres cariocas nas primeiras décadas do século. Mosaico e instabilidade são decerto imagem e condição presentes nas transformações urbanas no contexto da modernidade, mas não incorporam a perspectiva da interpenetração de territorialidades. Queremos pensar a feira-livre de então como o exercício da possibilidade de um território da

ordem burguesa abrigar em seu interior práticas sociais contra as quais se erigiu e se justificou como moderno. Em outras palavras, tentamos aqui visualizar a feira-livre como território que, a partir de determinado momento, passou a acolher a convivência de duas faces da modernidade urbana.

Vimos que os ideais de civilidade contidos no projeto modernizante de Pereira Passos eram incondizentes com a permanência de feiras africanas e outras práticas de comercialização pelas ruas da cidade. Não obstante a importância destas práticas no abastecimento urbano e na provisão de oportunidades de trabalho, bem como na manutenção de territórios de sociabilidade informal, a Reforma Passos banuiu tais usos, des-territorializando formas de sobrevivência e de sociabilidade tidas como impróprias. Em seu lugar estabeleceu territórios de alto grau de disciplina e controle: mercados cobertos e feiras-livres.

Supomos que as feiras-livres, por sua estética (o colorido, as linhas retas) e higiene (ao ar livre, exposição ao sol), sobressaíram em relação aos mercados cobertos, e assumiram a condição de mais um dos muitos espaços públicos festejados como triunfo da burguesia ascendente sobre a barbárie colonial. Uma das hipóteses aqui levantadas é justamente esta: a feira-livre, uma iniciativa tomada por Pereira Passos, comporia, junto a outras medidas em relação ao uso e formatação dos espaços públicos da cidade, um amplo projeto de pedagogia da civilização. Nestes territórios diversos (parques, avenidas), alguns de caráter efêmero/periódico (as feiras-livres, a batalha das flores, etc), o cidadão vivenciaria o triunfo da cidade moderna, reeducando seu comportamento (vestuário, asseio, sociabilidade) e repensando a própria sociedade em que vive, tomando-a como progressista e promissora, com grande potencial de civilização redentora.

Inicialmente, as feiras-livres mantiveram-se espacio-temporalmente confinadas e com reduzido papel no abastecimento. Sugerimos aqui,

uma vez mais, que até então seu papel simbólico se sobrepunha à funcionalidade. A partir de 1916, em meio à agudização da crise do abastecimento na cidade, elas são convocadas a colaborar mais efetivamente na distribuição varejista. Multiplicam-se pelo tecido urbano e se estendem ao longo da semana, adquirindo grande porte. Esta ampliação/refuncionalização das feiras-livres permitirá a incorporação de novas práticas sociais em seu interior, pelo afluxo crescente de indivíduos das camadas sociais desfavorecidas, que ali encontrarão um ambiente propício para resgatar algumas formas de sociabilidade informal. Concordamos com CARLOS (1996:92): a rua é expressão da normatização do cotidiano, mas é também o lugar da manifestação da diferença. Acreditamos que tal conflito de forças foi vivido de forma particularmente intensa pelas feiras-livres cariocas no período aqui estudado.

Vimos que, antes do advento das feiras-livres e dos mercados cobertos, prevalecia na cidade um amplo leque de modalidades precárias de comércio de rua, movimentado pela necessidade de sobrevivência de indivíduos pobres numa conjuntura de baixa oferta de empregos. A Reforma Passos desfechou sobre este segmento do varejo um golpe violento, desenraizando das ruas do centro da cidade os vários pontos e agentes de comercialização e, com eles, meios de sobrevivência e formas populares de sociabilidade. Em seu lugar, formatou-se um território comercial espelhado na experiência dos mais prósperos centros urbanos europeus. Mais adiante, tais espaços públicos foram cedendo à realidade circundante, compondo um ciclo de transformações que pode ser lido também a partir da tríade conceitual T-D-R (territorialização - desterritorialização - reterritorialização) de que nos fala HAESBAERT (1995).

Para finalizar este trabalho, lembramos novamente SANTOS (1996:261) e sua concepção de flexibilidade tropical: "Por serem diferentes, os pobres abrem um debate novo, inédito, às

vezes silencioso, às vezes ruidoso, com as populações e as coisas já presentes. É assim que eles reavaliam a tecnoesfera e a psicoesfera, encontrando novos usos e finalidades para objetos e técnicas e também novas articulações práticas e novas normas, na vida social e afetiva". E assim, a feira-livre, inicialmente um território fechado, espaço da exatidão, um sistema de gestos sem surpresas, se flexibiliza e se transforma em espaço inorgânico, de alta densidade comunicacional, pela ação dos homens lentos.

## RESUMO

*A despeito de sua ausência na ampla literatura acadêmica acerca da Reforma de Pereira Passos, as feiras-livres cariocas, criadas em 1904, podem ser tomadas como componente daquele famoso projeto de intensa renovação urbana. Neste sentido, compõem sua fisionomia e dinâmica revestindo-se de elementos próprios da pedagogia civilizadora dos espaços públicos da Reforma Urbana de então em substituição às negras quitandeiras, aos vendedores ambulantes e outras modalidades populares de distribuição varejista, herdadas de um indesejado passado colonial. Num segundo momento, este território da ordem se refuncionaliza e é apropriado por práticas de sociabilidade popular, cedendo à ambiguidade e flexibilidade de nossa modernidade urbana.*

## PALAVRAS-CHAVE

*feira-livre, modernidade urbana, territorialidade popular, espaço público, flexibilidade tropical.*

## ABSTRACT

*Literature dealing with the project of radical urban reforms in Rio de Janeiro triggered by the mayor Pereira Passos omits*

*street markets, created in 1904. These markets are embedded with the logic and purposes of the civilizatory pedagogy of public spaces. They replace popular street commerce inherited from the colonial slavery past. In a second stage, such regulated territory is refunctionalized through the appropriation by popular sociability practices, being invaded by the ambiguity and flexibility inherent to urban modernity.*

## KEYWORDS

street markets, urban modernity, popular territoriality, public space, tropical flexibility.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/IPLANRIO., 1987
- \_\_\_\_\_. Pensando a Cidade no Brasil do Passado. In CASTRO, GOMES & CORREA (orgs.) *Brasil: Questões Atuais de Organização do Território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- AGULHON, Maurice. *História Vagabunda*. México DF: Instituto Mora, 1994
- ARAUJO, Rosa M.B. *A Vocaçào do Prazer: a Cidade e a Família no Rio de Janeiro Republicano*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995
- AZEVEDO, Aroldo de. Vilas e Cidades do Brasil Colonial. In *Terra Livre*, (Geografia: Espaço & Memória), n.10, jan-jul.1992, Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo, 1992.
- BARBOSA, Jorge Luis. *Modernização Urbana e Movimento Operário*. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da UFRJ, 1990
- BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Feiras e Mafuás*. São Paulo: Mérito, 1953.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann Tropical*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Coleção Biblioteca Carioca, volume 11, 1990
- BENEVOLO, Leonardo. *As Origens da Urbanística Moderna*. Lisboa: Ed. Presença/São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.
- BRESCIANI, Maria Stella. *Londres e Paris no Século XIX: O espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- BRITO, Eloy Ferreira. *O Prefeito Haussmann e a Reforma Urbana de Paris: uma abordagem geopolítica*. IPPUR/UFRJ, 1991; mimeo.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O Lugar no/do Mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CARVALHO, Carlos Delgado de. *História da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Coleção Biblioteca Carioca, volume 6, 2. ed, 1994
- CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CHOAY, Françoise. *O Urbanismo*. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- EDMUNDO, Luis. *O Rio de Janeiro de meu tempo*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.
- FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. São Paulo: DIFEL, 1976.
- FERNANDES, Ana & GOMES, Marco Aurelio Filgueiras (orgs.). *Cidade e História: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX*. Salvador, Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da UFBA, 1992.
- GEIGER, Pedro Pinchas. *Evolução da rede urbana brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1963.
- GOMES, Marco Aurelio A.F. *Escravidismo e Cidade: Notas sobre a Ocupação da Periferia de Salvador no século XIX*. In *RUA* (Revista de Arquitetura e Urbanismo), Salvador, volume 3, num. 4/5, julho-dezembro de 1990.
- GUATTARI, Felix. Espaço e Poder: a criação de Territórios na Cidade. In *Espaço & Debates*, (entrevista), num.16, pp.109-120, São Paulo, NERU, 1986.
- GUIMARÃES, Olmária. *O papel das feiras livres no abastecimento da cidade de São Paulo*. São Paulo: USP, Série Teses e Monografias, n.22, 1968.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.
- HAESBAERT, Rogerio. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In CASTRO, Iná, GOMES, Paulo C. e CORREA, Roberto (orgs.) *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- HOLSTON, James. *A cidade modernista*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

- JESUS, Gilmar Mascarenhas. *O lugar da feira-livre na grande cidade capitalista: conflito, mudança e persistência* (Rio de Janeiro: 1964-1989), Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da UFRJ, 1991.
- \_\_\_\_\_. The territoriality of the street markets in Rio de Janeiro. In: *The European Geographer*, Lisboa: Associação de Jovens Geógrafos, volume 9/1995.
- \_\_\_\_\_. Territórios da modernidade: a criação das feiras-livres na cidade do Rio de Janeiro. Recife, *AGB, 10. Encontro Nacional de Geógrafos*, 1996.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Moraes, 1991.
- LINHARES, Maria Yedda & SILVA, Francisco. *História política do abastecimento*. Brasília: Binagri, 1979.
- MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a Pequena África do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, coleção Biblioteca Carioca, volume 32, 1995.
- PARGA, Eduardo Lucas. *Entre fazendas, secos e molhados: o pequeno comércio na cidade do Rio de Janeiro (1850 - 1875)*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado em História Social, UFF, 1996.
- PARK, Robert Erza. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano, 1916. In VELHO, Otavio Guilherme (org). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- PEREIRA, Sonia Gomes. *A reforma urbana de Pereira Passos e a construção da identidade carioca*. Rio de Janeiro: UFRJ, ECO, Serie Teses e Dissertações 2, 1996.
- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- RAU, Virgínia. *Subsídio para o estudo das feiras medievais portuguesas*. Lisboa: Bertrand, 1943.
- REIS, José de Oliveira. *O Rio de Janeiro e seus Prefeitos: evolução urbanística da cidade*. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal, 1977.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil: 1500-1720*. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1968.
- RENAULT, Delso. O Rio de Janeiro e suas diversões na era dourada. In COSTA et al, *Brasil: 1900-1910*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Coleção Rodolfo Garcia, 1982.
- ROCHA, Oswaldo Porto. *A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro, 1870-1920*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado em História da UFF, 1983.
- ROLNIK, Raquel. São Paulo na virada do século: o espaço é político. In *Espaço & Debates*, São Paulo: NERU, 1988.
- SANTOS, Milton. *Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- \_\_\_\_\_. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SEABRA, Odette Carvalho de Lima. A insurreição do uso. In MARTINS, José de Souza (org). *Henri Lefebvre e o Retorno da Dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SILVA, Antonio Carlos Simoens. *Feiras livres no Distrito Federal: hábitos e costumes populares*. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica do Jornal do Brasil, 1936.
- SODRÉ, Muniz. *O terreiro e a cidade*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- WIRTH, Louis. O Urbanismo como modo de vida. In VELHO, Otavio Guilherme (org. 1973). *Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1938.

